

Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici**

OBJECTIVOS

A noção de *representação social* é referida em muitos trabalhos das últimas décadas, surgidos em áreas diversas, como a psicologia, a antropologia, a sociologia ou a história. Ela foi cunhada por Moscovici em 1961 para ocupar uma posição de «ponte» entre a psicologia e a sociologia e é hoje uma das noções centrais da psicologia social.

O objectivo do presente texto é o de dar uma perspectiva da teoria e do conceito de representação social em Serge Moscovici, analisando sequencialmente alguns dos textos que este lhes dedicou ao longo das últimas quatro décadas.

Depois da sua primeira apresentação em 1961, o conceito e a teoria das representações sociais foram, a pouco e pouco, tendo impacto quer na psicologia social, quer nas outras ciências sociais, e existe hoje uma importante comunidade de investigadores que organizam o seu trabalho teórico e empírico em função desta teoria. Esta comunidade encerra mesmo actualmente tradições que diferem umas das outras na forma como desenvolveram as propostas originais de Moscovici (cf. Sá, 1998). Por isso é necessário precisar que não se trata, no presente texto, de rever a literatura das repre-

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Quero agradecer à professora Luísa Lima e ao professor Jorge Vala as sugestões que fizeram a versões preliminares deste texto.

sentações sociais na multiplicidade dos seus interesses teóricos e empíricos, mesmo porque o leitor português dispõe de várias revisões na sua língua (Vala, 1986, 1993 e 2000; Sá, 1998). Também não se trata de dar conta do impacto do conceito nas ciências Sociais, em geral, e na psicologia social, em particular, nem de fazer a história circunstanciada desta teoria no contexto da psicologia social europeia. Procurarei sobretudo analisar o que permaneceu e o que mudou nos textos que Moscovici dedica à teoria das representações sociais ao longo destes quarenta anos. Por esse motivo começo com um sumário da sua obra *princeps* e escolhi para análise alguns dos seus textos posteriores que considero marcos importantes nos rumos que vieram a dar à teoria.

No entanto, para cumprir estes objectivos terei por vezes de mencionar quer o contexto em que a teoria surge e se desenvolve, quer algumas das discussões que origina. É então necessário precisar também que apenas considerarei como contexto a psicologia social e que será nesta disciplina que procurarei algumas das vezes que, ao longo do tempo, questionaram as opções da teoria, em geral, e de Moscovici, em particular. Quando der voz a essas vozes críticas, abrirei também espaço para as respostas de Moscovici. Assim, acabarei por estar de alguma forma a analisar uma parte do diálogo que ocorreu entre Moscovici e a psicologia social ao longo destas décadas. Os anos 60 e 70 assistiram ao nascimento da teoria e, em paralelo, ao nascimento de uma psicologia social europeia. Defenderei que os anos 80 foram os anos de grande expansão da teoria e os anos em que, existindo já uma comunidade transatlântica de psicólogos sociais, Moscovici procurou falar para ela. E que os anos 90 são os anos em que Moscovici privilegia a revitalização dos componentes originais da sua teoria que se relacionavam com a linguagem e a comunicação. Procurarei ainda mostrar que Moscovici dedica uma boa parte do diálogo que mantém com a comunidade da psicologia social à defesa da necessidade de esta disciplina assumir com maior clareza o seu lugar entre as ciências sociais e evitar ser um ramo da psicologia geral.

GÉNESE DE UM CONCEITO E DE UMA TEORIA

Nem sempre é fácil remontar até à génese de um conceito ou de uma teoria. No nosso caso, a tarefa está facilitada. A expressão «representação social» foi cunhada por Serge Moscovici aquando da elaboração da sua dissertação de doutoramento, publicada em 1961 e intitulada *La psychanalyse, son image et son public*. Esta mesma dissertação, precedida de um *avant-propos*, reformulada no seu estilo e sem algumas indicações mais técnicas, foi objecto de uma 2.^a edição em 1976, com o mesmo título. É nestas obras que se encontra a génese quer do conceito, quer da teoria, formulados ambos para

responder ao objectivo aplicado que Moscovici se havia proposto — dar conta das representações sociais da psicanálise, em França, na viragem dos anos 50 para os 60.

Recorrerei, para a síntese que se segue, à obra de 1976. Desde logo — na primeira página do primeiro capítulo —, Moscovici nela anuncia que o conceito de representação social foi cunhado para tomar uma posição «mista», para fazer uma ponte entre uma série de conceitos sociológicos e uma série de conceitos psicológicos.

E é por motivos que se prendem com este posicionamento que vai preferir falar de representação social, e não de representação colectiva — tratava-se de não colocar o conceito no campo exclusivamente sociológico. Havia sido Durkheim a propor a noção de *representação colectiva*, e com ela a ideia de que a condição de existência de todo o pensamento organizado é a vida social. Por outras palavras, a vida social, com as suas formas características de organização, produz representações colectivas, que se impõem aos indivíduos, mesmo que estes não tenham delas consciência, ou sobretudo porque *não* têm delas consciência: «Social life must be explained not by the conception of it held by those who participate in it, but by profound causes which escape consciousness; and we also think that these causes must be sought chiefly in the way in which the associated individuals are grouped» (Durkheim, cit. in Harré, 1984, p. 933).

Para Moscovici (1976), esta noção de Durkheim teria dificuldade em dar conta do facto de nas nossas sociedades actuais coexistir uma grande pluralidade de entendimentos e modos de organização do pensamento (cf. p. 40). Ou seja, Moscovici parece celebrar esta noção pelo que ela traz de possibilidade de compreender as uniformidades e regularidades do pensamento social e, simultaneamente, considerá-la insuficiente para dar conta da diversidade e da criatividade.

Assim, em coerência com o desejo de cunhar o conceito numa posição mista entre a sociologia e a psicologia, Moscovici dirá que as representações de que se vai ocupar não são colectivas, impondo-se às pessoas por via da organização da sociedade. São representações no nosso universo interior, presentes nos indivíduos, mas com características que nos autorizam a chamá-lhes também sociais. Moscovici (1976, pp. 74-75) aponta três. A primeira, e mais superficial, é o facto de serem expressas por grupos sociais. A segunda está relacionada com o seu processo de produção: qualificar uma representação de social significa optar pela hipótese de que ela é engendrada colectivamente. A terceira tem a ver com a sua funcionalidade: estas representações são sociais porque contribuem para os processos de formação dos comportamentos e de orientação das comunicações sociais.

É esta a primeira precisão do seu conceito. Passemos à segunda, também ela elaborada em diálogo com a herança de Durkheim. Trata-se de acentuar

a especificidade das nossas sociedades face às estudadas por Durkheim: «Notre société diversifiée, dans laquelle les individus et les classes jouissent, parfois, d'une grande mobilité, voit se développer des systèmes très hétérogènes, politiques, philosophiques, religieux, artistiques, et des modes de contrôle de l'environnement moins sujets à caution, l'expérience scientifique, par exemple. Alors que le mythe constitue, pour l'homme dit primitif, une science totale, une 'philosophie' unique où se réfléchit sa pratique, sa perception de la nature des relations sociales, pour l'homme dit moderne la représentation sociale n'est qu'une des voies de saisie du monde concret» (pp. 41-42).

E assim, neste mundo moderno marcado pela ciência que escapou ao mito, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento específica e irreduzível a qualquer outra (cf. p. 43). Trata-se então de um conceito que se quer capaz de explicar a diversidade do pensamento em sociedades particulares, aquelas onde os conteúdos do conhecimento científico passaram a circular.

Passemos, por fim, à terceira precisão do conceito, decorrente quer da anterior, quer do objecto de estudo que ocupa Moscovici. Uma das muitas características da ciência é que ela não cessa de nos propor constantemente novos objectos de pensamento, que nos interpelam e desencadeiam todo um trabalho do pensamento e do grupo (cf. p. 57). Ora, entre estas descobertas científicas que nos interpelam estão as da psicanálise, que lança sobre nós uma luz que espanta e choca. E chegamos então ao seu objecto de estudo. Para este objecto — que é desconhecido, lançado na corrente da comunicação pela ciência, característico do nosso tempo, não familiar —, as representações sociais são o conceito adequado para dar conta de como ele foi apropriado pela sociedade, pelos grupos, pelos indivíduos. Sobretudo se — precisão fundamental — pensarmos que as representações cumprem principalmente a função de tornar familiar aquilo que era inicialmente não familiar. E é justamente essa função que Moscovici (1976) lhes vai atribuir.

As três clarificações iniciais do conceito são então elaboradas em função da herança de Durkheim. Uma vez este trabalho de clarificação feito, é possível passar aos detalhes internos ao conceito. E são duas as principais especificações que lhe são internas. Uma lida com a elaboração descritiva do *que é* uma representação social e a outra com os *processos* pelos quais estas representações se constituem.

Em relação à primeira dimensão, a proposta de Moscovici (1976) é que as representações são um conjunto de proposições, acções e avaliações emitidas pela opinião pública, que estão organizadas de formas diversas, segundo as classes, as culturas ou os grupos, e constituem outros tantos universos de opiniões. Cada um destes universos, por sua vez, tem três dimensões — a atitude, a informação e o campo da representação. A informação tem a ver com os conhecimentos (cf. p. 66), a atitude com a orientação global,

avaliativa, em relação ao objecto (cf. p. 69), e é uma organização psíquica que pode ter uma orientação positiva ou negativa (cf. p. 498). O campo da representação, por sua vez, reenvia para a ideia de imagem, como conteúdo concreto das proposições que têm a ver com um aspecto específico do objecto da representação (cf. p. 67).

Em relação à segunda elaboração interna ao conceito, e tendo especificado o raciocínio que o coloca em posição de afirmar que as representações sociais cumprem a função de tornar familiar o que era não familiar, Moscovici irá especificar os processos através dos quais é conseguida esta função. Processos estes que são também aqueles pelos quais uma representação social se elabora: a objectivação e a ancoragem.

A objectivação é o processo que permite tornar real um esquema conceptual, dar a uma imagem uma contrapartida material (cf. p. 107). Para Moscovici, esta objectivação é conseguida em três etapas — a construção selectiva, a esquematização e a naturalização.

Vejamos como Moscovici (1976) define a ancoragem: «L'ancrage, lui, désigne l'insertion d'une science dans la hiérarchie des valeurs et parmi les opérations accomplies par la société» (p. 170). Trata-se ainda de uma definição muito dependente dos seus objectivos aplicados — dar conta das representações da psicanálise. A análise destas irá levá-lo a concluir que a ancoragem dá conta da constituição de uma rede de significados em torno da psicanálise, por aproximação a categorias já existentes, e que orienta as conexões entre esta e o meio social (cf. p. 288).

Estes dois processos funcionam no que Moscovici (1976) chama «pensamento natural», por oposição ao pensamento da ciência ou da filosofia. Este pensamento natural é o pensamento baseado na comunicação de ideias, que tem por objectivo a persuasão. Os processos cognitivos que se manifestam neste pensamento têm então uma característica específica: «À savoir, que l'on pense de manière incessante 'pour' ou 'contre', c'est-à-dire que l'on accepte ou rejette ce qui est dit, et que, à moins d'éviter le dialogue, on forge ses opinions dans et par la controverse» (p. 254). Estes processos cognitivos do pensamento natural são ainda regulados por um metassistema normativo.

Trata-se então de uma teoria que pressupõe um metassistema de regulações sociais que intervém no sistema de funcionamento cognitivo (cf. p. 157). O sistema social/normativo fornece os conteúdos e regula normativamente as representações sociais, o sistema cognitivo opera com elas.

Nesta articulação fundamental entre metassistema social de regulações sociais e sistema cognitivo reside, igualmente, a razão por que a teoria não poderá dispensar o estudo dos conteúdos do pensamento em favor da análise exclusiva dos processos deste pensamento, enfatizando ambos. Ao apresentar-se como pretendendo articular o social com o individual, a teoria das

representações sociais não pode eximir-se nem a uma análise dos conteúdos e significados do que é dito nem ao estudo dos processos cognitivos que operam sobre estes e com estes significados.

Moscovici vai então estudar as representações sociais da psicanálise, assim definidas, percorrendo duas vias diferentes.

Em primeiro lugar, vai formar seis grupos — um grupo representativo da população parisiense, outro de «classes médias», outro de «profissionais liberais», outro de «operários», outro de estudantes universitários e outro de alunos das escolas técnicas. Construirá questionários diferentes para cada grupo, com 14 questões comuns a todos; em alguns casos abordará alguns destes indivíduos em entrevistas. Será com base nas respostas obtidas com estes grupos que desenvolverá grande parte das ideias já expostas.

Em segundo lugar, vai fazer uma análise de conteúdo dos artigos sobre a psicanálise surgidos na imprensa francesa. E neste segundo movimento de aproximação ao seu objecto de estudo, que constitui a segunda parte do livro, desenvolverá a noção de *modalidade comunicativa*. As suas análises incidirão sobre a imprensa genérica (por exemplo, *France Soir*, *Elle*), sobre as publicações católicas (por exemplo, *La Croix*) e sobre as comunistas (por exemplo, *L'Humanité*). Da análise destes três tipos de publicações, Moscovici conclui que cada uma concretiza uma modalidade diferente de comunicação — a difusão, a propagação e a propaganda (cf. p. 292) —, as quais determinam o *conteúdo* e a *forma* das mensagens. Passo a sumarizar as suas características, tal como Moscovici (1976) as apresenta.

- *Difusão*. Na difusão, o esforço principal do emissor é o de estabelecer uma relação de equivalência com o seu público, levando em conta a coexistência entre os leitores de mundos de valores separados. Os jornais e revistas caracterizados segundo esta modalidade pertencem à imprensa generalista, de grande audiência, e assumem-se como órgãos de transmissão de um saber comum que é necessário partilhar. Assim, o discurso não é sistemático, pois não há a necessidade de dar uma expressão estruturada à representação da psicanálise. Não se visa criar um comportamento unitário em relação a esta, quer-se tão-somente falar e fazer falar do assunto e deixa-se ao leitor o cuidado de tirar as suas conclusões. O papel do órgão de comunicação será apenas o de propor uma abertura na direcção de opções disponíveis e fazer circular a informação sobre elas (cf. p. 330).

- *Propagação*. Na imprensa católica — associada à propagação —, os artigos discutem e justificam a psicanálise, preparam mensagens com uma organização suficientemente clara para que possam ser retomadas por outros do mesmo grupo. O seu objectivo é exercer pressão para a uniformidade, tentando encontrar um denominador comum abrangente entre as bases do catolicismo e as da psicanálise. As comunicações não visam directamente a instauração de uma conduta, mas a elaboração de uma norma,

uma convergência em torno de uma doutrina aceitável. Uma visão da psicanálise que se ajustou às normas do grupo seria o corolário deste esforço. A comunicação é hierarquizada e os seus fins são os de organizar uma teoria para a tornar compatível com os princípios que fundam a unidade de um grupo (cf. p. 399) e os de preparar os comportamentos e antecipar-lhes o significado, sem os impor directamente.

• *Propaganda*. Na propaganda — identificada no trabalho de Moscovici (1976) com a comunicação na imprensa comunista —, a psicanálise é sobretudo criticada. A imprensa comunista trata-a como um corpo inimigo e lembra que a psicanálise tem de ser perspectivada a partir do interior de um conjunto de alternativas mutuamente exclusivas — França-América, ciência-mito. Há uma rejeição em bloco, que não se compadece com distinções subtis entre conceitos ou escolas. De acordo com Moscovici (1976), a propaganda surge aquando da existência de um conflito que é susceptível de ameaçar a identidade de um grupo e a unidade da sua representação do real. Desempenha, assim, uma função reguladora e procura o restabelecimento da identidade do grupo. A propaganda surge então como a modalidade de comunicação de um grupo em situação conflitual e visa a acção (cf. p. 442).

É assim que Moscovici sintetiza as modalidades comunicativas: «La diffusion tend a favoriser l'eclosion d'opinions sur des problèmes spécifiques, la propagation édifie des attitudes susceptibles de marquer aussi bien les représentations que les conduites» (p. 401). «[...] la propagande est plus concrete, elle ne se contente pas de renouveler la signification d'un comportement, elle tend à le créer ou à le renforcer» (1976, p. 402).

Retomando agora a definição de representações sociais que Moscovici propõe, podemos ver que cada uma das modalidades comunicativas reenvia para uma dimensão diferente das três que ele havia diferenciado, informação, atitude e campo da representação. A propagação é conceptualizada como relacionada com a *atitude*, a difusão com a *informação* e a propaganda com o *comportamento* (cf. Doise, 1993).

Depois desta busca da génese do conceito na obra onde inicialmente foi exposto, que sumário é possível fazer? Este primeiro trabalho (1961-1976) apresenta-nos um conceito, o de *representação social*, e o esboço de uma teoria e permite dizer que esta engloba nesse momento:

1. Um conceito com três dimensões internas — informação, atitude e campo da representação;
2. Dois processos, postulados como sendo aqueles pelos quais se constituem as representações — objectivação e ancoragem;
3. A proposta de um sistema cognitivo regulado por um metassistema social/normativo, que dirige o primeiro;

4. Uma caracterização das formas de comunicação das representações, caracterizadas por um conteúdo e uma estrutura — difusão, propagação, propaganda;
5. Uma formulação clara do posicionamento disciplinar desejado da teoria — entre a psicologia e a sociologia, entre o individual e o social;
6. Um objectivo específico — analisar a penetração social e as transformações que sofrem os conceitos científicos quando apropriados pelo senso comum;
7. Um objectivo amplo — o de tentar explicar o carácter simultâneo de dois fenómenos observáveis nas sociedades actuais, os fenómenos simultâneos da diversidade e do consenso, da diferenciação e da semelhança.

Apresentada a génese do conceito e da teoria, a tarefa que se segue é a de descrever a sua evolução e irei fazê-lo de acordo com uma perspectiva histórico-temporal, organizada em função das décadas. Queria então repetir que não se trata aqui de dar conta dos desenvolvimentos da teoria das representações sociais, hoje matriz de um campo diversificado¹. Irei apenas abordar sequencialmente alguns dos textos de Moscovici posteriores a este e neles procurarei o fio condutor para dar conta de como ele foi concebendo a teoria. Por vezes irei afastar-me deste rumo para relatar certas críticas à teoria que instigaram respostas do seu autor, mas de forma geral privilegiarei os textos de Moscovici.

OS ANOS 60 E 70

«Tudo começou no princípio dos anos 60 deste século. Naquele período pode dizer-se que havia psicólogos sociais em muitos países do nosso continente. Mas ainda não existia uma psicologia social europeia» (Moscovici, 2001, p. 47).

Depois de em 1961 apresentar a noção de representação social, nas duas décadas seguintes Moscovici vai ocupar-se também de outros tópicos da

¹ Sá (1998) descreve assim a situação actual: «A *grande teoria* das representações sociais — como chamamos às proposições originais básicas de Moscovici — desdobra-se em três correntes teóricas complementares: uma mais fiel à teoria original, liderada por Denise Jodelet, em Paris; uma que procura articulá-la com uma perspectiva mais sociológica, liderada por William Doise, em Genebra; uma que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, liderada por Jean-Claude Abric, em Aix-en-Provence. É possível ainda que esteja a configurar-se uma quarta alternativa complementar, através das recentes releituras teóricas que estão a ser feitas por alguns leitores sensíveis às críticas pós-modernistas às representações, como o ilustra o posicionamento de Wolfgang Wagner» (p. 65).

psicologia social, as atitudes (Moscovici, 1963), a polarização (Moscovici e Zavalloni, 1969) e a influência das minorias (Moscovici e Fauchaux, 1972; Moscovici e Lage, 1978)². Ao mesmo tempo, outros começaram a ocupar-se da teoria das representações sociais — por exemplo, Herzlich (1969), Abric e Kahan (1972) e Flament (1967).

Começamos por enquadrar este conjunto de trabalhos no contexto da época. Se no início dos anos 60 não havia psicologia social europeia, os americanos resolveram dar um empurrão e patrocinaram, em 1963, a primeira conferência de psicólogos sociais europeus, que reuniu em Sorrento cerca de quarenta profissionais, metade europeus, metade americanos (Turner, 1996; Moscovici e Marková, 2000; Moscovici, 2001)³. Em 1964 tem lugar uma segunda conferência em Frascati, onde é decidido criar a European Association of Experimental Social Psychology e em 1966 ocorre o primeiro plenário oficial da EAESP, em Royaumont, que elege S. Moscovici como primeiro presidente (Turner, 1996). O plenário seguinte, em 1969, em Louvain, elegerá H. Tajfel como segundo presidente da EAESP. O *European Journal of Social Psychology* será fundado em 1971, adoptando o inglês como língua oficial, não sem resistências (Manstead, 1990).

Ou seja, a exportação da sua agenda de investigação, que ocorre no pós-guerra (Wallerstein *et al.*, 1996), leva os americanos a estimularem também a fundação de uma psicologia social europeia, que em poucos anos frutifica⁴. Esta ligação aos americanos, porém, irá alterar em muito o panorama prévio à sua entrada em cena.

Como relata Moscovici, o nascimento da noção de representação social ocorreu naquela a que ele chama a sua *era da inocência*, uma era em que havia pouca psicologia social em França e durante a qual ele «did not have any contact with American or English colleagues» (Moscovici e Marková, 2000, p. 227). Por isso, quando se refere às tradições que enformam a sua formulação inicial da teoria, Moscovici (1989b, 1998a e 1998b) irá sempre referir Piaget e Vygotsky, por um lado, e Durkheim e Levy-Bruhl, por outro.

² E ocupar-se-á também da história da ciência e das ideias (Moscovici, 1972a e 1974).

³ De acordo com Farr, «a key role in this process was often played by the Scientific Liaison Officer of the Office of Naval Research, based in the American Embassy in London» (1996, p. 9). Este era J. Lanzetta, cujo papel é igualmente destacado por Moscovici: «Diplomata, adido da Embaixada dos Estados Unidos em Londres [...] ei-lo que um belo dia chega aos nossos gabinetes em Louvain, Oxford ou Paris para nos convidar para uma conferência geral [a de 1963]» (Moscovici, 2001, pp. 47-48; v. também Jesuino, 1993, e Turner, 1996, a este propósito).

⁴ Como sintetiza Farr (1996): «The intellectual leadership of the Association, of course, was provided by prominent Europeans like Tajfel and Moscovici [...] Traditions of research developed that were indigenous to Europe. Two of the most influential of these European traditions of research were Tajfel's theory of social identity and Moscovici's theory of social representations» (pp. 9-10).

No entanto, de meados dos anos 60 para a frente, os colegas americanos e europeus passarão a ser interlocutores constantes.

E os americanos serão interlocutores estimulantes: «Tenho a certeza de que sem aqueles debates [com os americanos, nas primeiras conferências] e sem aquele projecto [o da Associação] não teria existido uma teoria da inovação ou da influência das minorias, por exemplo. Queríamos mostrar que na Europa se podiam descobrir aspectos teóricos e experimentais inéditos e foi por estes motivos que escolhemos fenómenos centrais da psicologia social» (Moscovici, 2001, p. 58).

Mas os americanos serão interlocutores que suscitam também desde muito cedo a crítica — patente, por exemplo, no volume editado por Israel e Tajfel em 1972. Os anos 60 e 70 são nos Estados Unidos o momento de nascimento e ascensão de uma orientação para a psicologia social que viria a ficar conhecida como *social cognition* (McGuire, 1986), perspectiva cognitiva (Markus e Zajonc, 1985), ou paradigma do processamento da informação (Duveen, 2000). E este volume atesta as críticas europeias dirigidas a alguns aspectos dessa orientação nascente — a exclusividade concedida ao método experimental e uma concepção restritiva de «cognição».

O texto de Moscovici (1972b) nesse volume defende que «the central and exclusive object of social psychology should be the study of all that pertains to *ideology* and *communication* from the point of view of their structure, their genesis and their function» (Moscovici, 1972b, p. 54). Só com estes objectos de estudo, recusando a exclusividade do método experimental e sistematizando os processos de interacção em função do triângulo ego-alter-objecto⁵, a psicologia social poderia tornar-se uma ciência capaz de descobrir *dangerous truths* (p. 62). Naquele momento, afirma Moscovici, «social psychology has become a science of private life, and at the same time it has managed to transform its practitioners into members of a private club» (1972b, p. 63). Ou seja, o autor defende que a sua disciplina, ao confundir o comportamento simbólico com os processos psicológicos gerais conhecidos como «cognitivos», estava a criar um fosso entre si e as outras ciências sociais (cf. p. 61).

Como se vê, temos, chegados aos anos 70, uma psicologia social que já se organizou na Europa e que mantém já um diálogo transatlântico, no qual começam a emergir vozes críticas, como as vozes europeias reunidas em Israel e Tajfel (1972) ou a voz americana de K. Gergen (1973), que virão a confluír na que posteriormente foi chamada a «crise dos anos 70», da qual emergem novas perspectivas para a disciplina e cujo balanço abordaremos mais à frente.

⁵ Trata-se de conceber uma psicologia social para a qual a construção do conhecimento só pode ser compreendida partindo da seguinte premissa: «The relationship between ego and object is mediated through the intervention of another subject; this relationship becomes a complex triangular one in which each of the terms is fully determined by the other two» (Moscovici, 1972b, p. 52).

OS ANOS 80

O INÍCIO DA DÉCADA, DIFUSÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA

No contexto desta nova psicologia social europeia que fala agora entre si e com os americanos, e que portanto tem de falar muito frequentemente em inglês, seguir os textos dos anos 80 de Moscovici sobre as representações sociais é já seguir textos que pretendem falar para uma psicologia social europeia e americana.

Neste sentido, o conjunto de textos reunidos por Forgas (1981) e por Farr e Moscovici (1984) no início desta década parece-me particularmente importante, pois concretiza uma intenção de difusão para o mundo anglo-saxónico da investigação em representações sociais que entretanto se havia acumulado em vários países europeus⁶.

Assim, irei agora rever os textos de Moscovici nestes volumes. O artigo de 1984 resulta da tradução para inglês das comunicações do *Colóquio Internacional sobre Representações Sociais*, que teve lugar na *Maison des Sciences de l'Homme*, em Paris, em Janeiro de 1979. Os editores quiseram posteriormente publicar este volume em inglês «to facilitate the diffusion of a knowledge of this tradition of research throughout the English-speaking world» (Farr e Moscovici, 1984, p. x). Como estes processos levam tempo, o volume só surge em 1984, e já havia surgido em 1981 o texto de Moscovici no livro de Forgas. Começarei então por uma síntese do texto de 1984.

Para me ater a esta intenção sintética face a um texto extenso como este defenderei que Moscovici (1984a) vai expor as suas ideias recorrendo a uma série de dicotomias. Para precisar as diferenças na dicotomia *representações colectivas/representações sociais* recorre às dicotomias conceito/fenómeno, estático/dinâmico, impostas aos indivíduos/trabalhadas pelos indivíduos.

As representações colectivas seriam um conceito porque conceptualizadas como mecanismos explicativos, mas não susceptíveis de análise e de explicação em si mesmas. Como o átomo antes da física subatómica, ou os genes antes de Crick e Watson. As representações sociais seriam um fenómeno⁷, porque podem e devem ser analisadas na sua estrutura e componentes. As representações colectivas estudam ideias que se tornaram tradições imutáveis. As representações sociais preocupam-se em estudar fenómenos actuais, que ainda não tiveram tempo para sedimentar. Muitos destes fenómenos e representações são continuamente fornecidos à «sociedade pensante» pela ciência,

⁶ E desse facto dá conta a compilação da bibliografia das representações sociais à data existente, publicada no volume de Farr e Moscovici (1984).

⁷ Este texto de Moscovici intitula-se «The phenomenon of social representations».

pelos seus saberes e pelos seus praticantes. As representações sociais ocupam-se do estudo do senso comum alimentado pela ciência.

Depois, Moscovici vai usar um novo conjunto de dicotomias para precisar as relações entre as representações sociais e a ciência, universo reificado/universo consensual, equações/linguagem, desfamiliarizar/familiarizar, fora/dentro.

O universo reificado é o universo da ciência, onde a linguagem é substituída por equações e as noções retiradas ao quotidiano são desfamiliarizadas e desindividualizadas. No mundo consensual não há realidade «em si». Ela é socialmente construída: «We are never provided with any information which has not been distorted by representations ‘superimposed’ on objects and on persons» (p. 6). Porém, no mundo reificado, com a ajuda dos instrumentos científicos, este acesso à realidade em si parece ser possível. O universo consensual é aquele com que lidam as representações sociais (cf. p. 22), onde se familiariza o que é estranho e se torna «de dentro» o que vem de fora — pelo acto de representar. Como se consegue isto? Pelos processos de ancoragem e objectivação. O primeiro está bem explicitado no texto de 1981.

Na primeira frase deste artigo, Moscovici (1981) anuncia que vai apresentar um *primeiro esboço de uma teoria* das representações sociais. E ela assenta em quatro pilares, o conceito de representação social, os universos reificado e consensual e os dois processos da ancoragem e objectivação. O conceito refere-se a uma forma de adquirir conhecimento e de o comunicar, a qual, pela ancoragem e pela objectivação, tende a tornar familiar o que não o era. A ancoragem, «it allows something unfamiliar and troubling, which incites our curiosity, to be incorporated into our own network of categories and allows us to compare it with what we consider to be a typical member of the category» (p. 193).

O que é social neste processo — até aqui semelhante aos processos postulados para categorização, de forma geral — é a escolha das categorias para ancoragem, ou a escolha dos conteúdos, que é determinada pelo grupo: «It can always be observed that the initial direction, the angle from which a group will try to cope with the non-familiar, will be determined by the images, concepts and languages shared by that group» (p. 189). O que é diferente em relação aos processos gerais da categorização, portanto, é o pressuposto de um metassistema social de regulação dos mecanismos cognitivos. E é ainda o facto de a inclusão do novo numa determinada categoria o posicionar imediatamente numa hierarquia de valor. No caso da objectivação, não há grandes novidades em relação às propostas já apresentadas em 1976.

Como comentário geral, o que este artigo de 1981 contém de novo é a referência a trabalhos da área da cognição social e a forma como procura

situar-se face a ela. Usa-os quer para apoiar propostas próprias (nomeadamente as que se relacionam com a ancoragem), quer para apontar certas falhas que poderiam ser colmatadas com as propostas da teoria das representações sociais. É uma apresentação da teoria que vem no espírito de propor uma especificidade europeia a acrescentar à psicologia social norte-americana, partilhando com esta o interesse pelos processos cognitivos e procurando juntar-lhe um interesse mais consistente pelo social.

ALGUMAS CRÍTICAS EXTERNAS

A publicação dos volumes de Farr e Moscovici (1984) e de Forgas (1981) não só implicou que as representações sociais passassem a ser mais conhecidas no mundo anglo-saxónico, mas também suscitou nele o que poderíamos considerar uma série de reptos que foram lançados à teoria a partir de meados dos anos 80. Para estes reptos é possível recensar diferentes áreas de proveniência. A área onde os artigos serão possivelmente mais numerosos é aquela em que os autores estão relacionados com as abordagens discursivas que emergem do outro lado do canal da Mancha nos anos 70. Começemos por eles.

Em 1984 R. Harré vem questionar a teoria das representações sociais, abordando a questão das relações entre as representações e os grupos e perguntando se fará mais sentido estudar as representações sociais em pluralidades distributivas, ou grupos taxonómicos, isto é, grupos formados pelas semelhanças entre os seus membros, ou em pluralidades colectivas, ou grupos estruturados, isto é, grupos formados com base em relações reais entre os seus membros e nos quais o grupo tem atributos que são mais do que a soma dos atributos dos membros. Harré defende que o que Moscovici fez foi estudar as representações sociais da psicanálise em grupos taxonómicos, e não em grupos estruturados. E que, em consequência desta opção, as suas representações «are not social in the sense of belonging to the group, they are individual representations, each of which is similar to every one of the rest» (p. 930), e portanto, «this use of the concept of the «social» is still, in the last analysis, a version of individualism» (p. 931).

Em suma, Harré (1984) vai defender que as representações sociais não são ainda suficientemente *sociais*, pois não são estudadas como um produto de grupos estruturados, e portanto como algo que é mais do que a simples soma das representações individuais de cada um dos membros do grupo.

No mesmo número da mesma revista, Moscovici (1984b) responderá às objecções de Harré, abrindo duas linhas de resposta. Por um lado, aceita que de facto estudou grupos taxonómicos — e salienta a importância de os estudar para que se entenda a forma epidémica como as representações se disseminam, por uma espécie de contágio (cf. p. 958). Por outro lado, assinala que estudou

também grupos estruturados ao estudar as representações da psicanálise nas publicações comunistas e católicas. E conclui: «In dealing with complex and differentiated societies, both types of grouping must be studied, the former characterized by taxonomy, the latter by structure [...]» (p. 960). Só assim poderemos dar conta de um fenómeno que não cessa de nos espantar: «Man's obstinate rediscovery and reiteration of the same themes and his extraordinary prolificness in inventing ideas, urged on by a poetic instinct» (p. 967).

Em 1985 Litton e Potter publicam um artigo onde problematizam a teoria a partir da necessidade de ligar as representações ao estudo da linguagem e aos seus contextos de utilização. Já anteriormente Potter e Litton (1985) haviam elencado um conjunto de objecções à teoria. Irei focar dois dos problemas que lhe apontam — o problema do consenso e o das relações entre grupos e representações sociais.

Baseados em três investigações enquadradas pela teoria das representações sociais — as de Di Giacomo (1980), Hewstone *et al.* (1982) e Herzlich (1973) —, Potter e Litton (1985) argumentam que são as metodologias de estudo utilizadas pelos investigadores que salientam o consenso e que deixam na sombra a questão da diversidade que poderia existir dentro dos grupos. E afirmam que os grupos são tratados, nestas pesquisas, como «naturally occurring phenomena which can be used as an unproblematic base for research conclusions» (p. 83). Uma opção a que eles objectam, tendo em vista que «satisfying one index of membership, however objective, does not entail that the individual will identify with, or act in terms of, the specified group» (p. 83). Em suma, Potter e Litton (1985) objectam a que os grupos sejam definidos *a priori* e que seja nesses grupos *a priori* que se busque então o consenso, esquecendo a diversidade que neles poderia existir por via de maiores ou menores identificações dos indivíduos com eles.

A resposta de Moscovici (1985) a Potter e Litton (1985) recusa que, por exemplo, a investigação de Di Giacomo tenha suposto grupos *a priori*, tendo este antes efectuado «quite a number of preliminary explorations and comparisons before choosing his categories» (Moscovici, 1985, p. 91). No tocante à questão do consenso, Moscovici (1985) dirá que a teoria das representações sociais supõe um universo consensual, mas não supõe a existência de consenso para todos os elementos da representação, a todos os níveis. Isto é, dada a funcionalidade das representações na comunicação, o consenso não se reduz à uniformidade nem impede a diversidade (cf. p. 92). Dito de outra forma, a comunicação é possível apenas porque existe algo de comum, ou de consensual, entre os comunicantes e porque simultaneamente existe também algo de diferente — pois que funcionalidade poderia ter a comunicação entre seres absolutamente idênticos?

Também Parker, em 1987, se pronuncia sobre a teoria das Representações sociais e vai, segundo uma sugestão de Farr (1984), desenvolver a ideia de que

o programa das representações sociais, ao fim destes anos, pode ser visto como tendo uma versão *forte* e outra *fraca*. A versão *forte* estaria espelhada na importância atribuída por Moscovici ao estudo dos conteúdos. A versão *fraca* integraria a simultânea insistência de Moscovici nos aspectos cognitivos das representações. Seria esta versão *fraca* aquela que permitiria fazer a ponte com a psicologia social tradicional e que estaria a ser apropriada pelo mundo anglo-saxónico, impedindo o desenvolvimento de uma psicologia social não individualista, uma das promessas originais das representações sociais.

Por fim, vem Billig, em 1988, afirmar que o conceito de representação Social estaria a ser utilizado com duas acepções. Na sua acepção *particular*, as representações sociais dariam conta de um fenómeno específico dos nossos dias — a apropriação quotidiana dos conhecimentos científicos. Na sua acepção *universal*, o conceito estaria relacionado com a apropriação e transformação de qualquer tipo de conhecimento, científico ou não. Para Billig não importa decidir se uma teoria das representações sociais deveria ser baseada numa ou noutra acepção. Importa antes clarificar conceptualmente a questão, que ele liga também à questão dos processos constitutivos das representações — para ele a ancoragem seria um processo universal e a objectivação um processo particular. Reunindo estas duas ideias, a sua chamada de atenção à teoria das representações sociais implica que nem o senso comum nas sociedades actuais se esgota num senso comum alimentado pela ciência, nem todos os processos de construção de representações implicam a objectivação, pois podem, por exemplo, implicar a transcendentalização.

Em consequência, Billig (1988) incita os teóricos das representações sociais a não se esquecerem de procurarem ver para além da homogeneidade e a procurarem descrever os temas contraditórios de que o senso comum se alimenta, analisando as representações não somente como produto do diálogo, mas também da argumentação e da negação de outros pontos de vista (cf. p. 74).

Para terminar o exame de alguns dos reptos lançados à teoria durante os anos 80, vejamos o conjunto de objecções ao programa das representações sociais que, em 1988, G. Jahoda expõe no *European Journal of Social Psychology*.

Jahoda propõe que as relações que o conceito de representações sociais mantém com outros conceitos contíguos precisam urgentemente de ser clarificadas. Esses conceitos contíguos podem pertencer ao campo de análise societal ou ao campo de análise individual (Doise, 1982). De um ponto de vista macroscópico, os conceitos com os quais as relações não são claras, de acordo com Jahoda, são os de ideologia, de cultura e de ciência/conhecimento científico. No respeitante ao nível de análise individual, Jahoda afirma não haver nada que sustente realmente a ideia de que há uma base motivacional para a transformação de noções não familiares em representações sociais. Defende ainda que há também necessidade de clarificar a noção,

pois parece-lhe insuficientemente explícito por que motivos as representações sociais seriam conceptualmente diferentes da noção de *conceito* (p. 202). Em suma, para ele «the two horns of the dilemma in which Moscovici is caught here, are, on one hand, his wish to avoid any individual or cognitive reductionism, while on the other hand he is unable to dispense with those cognitive processes whose very relevance he appears to deny» (p. 202). Por isso, «with regard to the psychological processes entailed in social representations it would be more realistic to tie this up with the growing body of work on social cognition, rather than claim the unverified existence of some special domain» (p. 207).

Ou seja, a solução de Jahoda seria, pelo menos ao nível do estudo dos processos de elaboração das representações, abandonar a ideia da existência de um domínio específico — o programa das representações sociais — e ligar aquele estudo aos desenvolvimentos da cognição social.

O FIM DA DÉCADA, DUAS RESPOSTAS DE MOSCOVICI

Abrirei agora espaço para duas respostas de Moscovici — primeiro o texto de 1988, que responde às observações de Jahoda e é publicado na mesma revista, e depois um texto de 1989.

No texto de 1988 Moscovici irá primeiro situar a abordagem das representações sociais. Torna claro que, ao partir da noção de *representação* e ao conceptualizá-la como um «problem of the relationship between mental and material elements in social life» (p. 212), está a recorrer a uma noção que é um produto da tradição clássica e que o leva a ver a psicologia social como sendo uma ciência social, como a antropologia ou a sociologia. Está, portanto, a encarar a disciplina como pertencente a um campo onde não se pretende emular a física e onde as teorias são entendidas simultaneamente como abordagens aos fenómenos sociais e como um sistema que os descreve e explica. E por estes motivos se recusa a ser mais específico ao definir as representações sociais (cf. p. 213). Quer que elas tenham, porém, um duplo significado, «while representations are often to be located in the minds of men and women, they can just as often be found ‘in the world’ and as such examined separately» (p. 214). Assim, o pensamento é simultaneamente uma prática individual e uma prática social. Em primeiro lugar, porque só derivamos uma porção ínfima dos nossos conhecimentos dos nossos encontros com os factos do mundo, a grande maioria é-nos passada através da comunicação com os outros. Em segundo lugar, porque, entre os outros, «we think, as I dared to write, with our mouths», ou seja, «thinking and arguing amount to the same thing» (p. 215)⁸.

⁸ Esta ideia está claramente presente nas formulações iniciais de Moscovici (cf. p. 254 do livro de 1976) e a sua repetição aqui poderia considerar-se uma resposta a Billig (1988), que havia referido a necessidade de as representações sociais serem entendidas como produtos da argumentação.

Neste ponto, Moscovici vai propor que existem, pelo menos, três maneiras de as representações serem sociais, dependentes das relações entre os membros dos grupos. As representações mais consensuais, ou inquestionadas, e mesmo coercivas, objectivadas nas estruturas e instituições de cada sociedade, denomina-as Moscovici (1988a) de *hegemónicas*. As representações sociais *emancipadas*, por sua vez, são produzidas pela discussão de ideias no seio de grupos em contacto directo e são partilhadas por diferentes grupos. Finalmente, as representações sociais *polémicas* são aquelas que resultam do conflito entre visões opostas de grupos opostos e são frequentemente expressas em termos de um diálogo com um interlocutor imaginário (pp. 221-222).

Moscovici (1988) vai ainda deter-se nas questões da familiarização. Salienta que concebe as representações como uma forma de construir a realidade através da sua dupla face performativa e construtiva. A face performativa respeita às capacidades das representações para fazerem as coisas acontecerem por via da forma como constroem/definem as situações. A face construtiva refere-se à capacidade para pôr em relação pessoas e objectos sociais.

E salienta ainda que, no que respeita aos modelos de conceptualização da cognição, ele desde o início havia defendido uma posição de que a cognição social — pela voz, por exemplo, de Markus e Zajonc (1985) — veio a aproximar-se, ao propor o esquema O-S-O-R (organismo-estímulo-resposta-organismo)⁹.

O ponto em que Moscovici será talvez mais veemente neste artigo será o da não redutibilidade da teoria das representações sociais à abordagem da cognição social. O início da década de 80 havia visto um movimento de aproximação das representações sociais à cognição social, animado pela ideia de que as representações sociais representavam «a uniquely European approach to the study of social cognition, different from and complementary to, recent North American research» (Moscovici, 1981, p. 182). No fim da década, porém, as diferenças parecem ter-se tornado mais salientes do que as aproximações. O movimento que se estabeleceria na psicologia social sob a designação de «cognição social» não integrou as propostas das representações sociais. E Jahoda (1988) acaba por propor que seja antes o programa das representações sociais a abandonar muitas das suas propostas de especificidade e a adoptar conceitos da cognição social.

Em 1989 é editado um número temático especial do *European Journal of Social Psychology* que pretende fazer um ponto de situação da psicologia social no final dos anos 80 e depois da «crise dos anos 70». Para avaliar se algum paradigma novo havia efectivamente emergido desta crise, os editores deste número especial «invited contributions from some of the major

⁹ Para uma explanação destas concepções no contexto desta discussão, v. Castro (1995) e Vala (2000).

representatives of the positions that were then involved in the controversy» (Rijsman e Stroebe, 1989, p. 341).

De acordo com Rijsman e Stroebe (1989), o que se passou na sequência da crise foi que ela se resolveu com a fractura da disciplina. De um lado desta fractura ficaram os representantes de uma abordagem à psicologia social baseada nos métodos das ciências naturais e na crença na existência de mecanismos causais internos. No outro extremo perfilaram-se os representantes do «novo paradigma», propondo que se deve estudar o comportamento social como uma actividade discursiva que leva à construção do sentido. Para além destes dois extremos, «one could think of the position of Doise and Moscovici as being in the middle of a continuum, ranging from strong psychologism to strong social constructionism» (Rijsman e Stroebe, 1989, p. 342).

Neste número especial de balanço da disciplina, o artigo de Moscovici (1989a) parece sobretudo fazer um balanço de todo o seu trabalho na psicologia social.

Em primeiro lugar, Moscovici (1989a) vai deter-se na explanação de qual deve ser o lugar a ocupar por uma disciplina que se denomina psicologia social — deve ser uma ciência que estabeleça uma continuidade entre fenómenos individuais e fenómenos colectivos. Uma ideia que se perdeu nos últimos anos, trazendo duas consequências — a fragmentação da disciplina e a sua subsidiarização face à psicologia geral.

É contra esta subsidiarização que ele se insurge. «Trying to turn social psychology into a branch of psychology has the effect of consigning it to the role of a minor science, whereas in the scheme of social sciences it seems destined to function as a major discipline, studying the link between culture and nature, as well as between social and psychic phenomena» (p. 410). Mas é também contra a fragmentação que escreve: «The admirable research efforts of our American colleagues have elaborated a modern and rigorous social psychology, to be sure, thereby inspiring a belief in its expansion. Nevertheless, for reasons that historians will have to elucidate, this expansion failed to materialize. The incessant shifts of focus and the equally incessant fragmentation of research objects have kept the mayonnese from setting» (pp. 414). Para contrariar este estado de coisas, o estudo das representações sociais constitui uma alternativa. Porque estas são concebidas num quadro que pressupõe a construção social da realidade (cf. pp. 415-416) e porque chamam a atenção para os conteúdos, sem os quais o estudo das estruturas cognitivas é inútil (pp. 416).

Tendo exposto a importância dos conteúdos, Moscovici vai defender a importância da descrição — essa «long neglected task» (pp. 418), que lhe parece mais urgente, no momento, do que a da explicação. Por força, por um lado, da natureza do objecto de estudo — «rehabilitating description involves our delivering what is expected of us, that we study a shared object which has a recognized social meaning» (pp. 425). E por força, por outro lado, do estado de avanço da nossa ciência: «The truth is that laboratory research on causal

attributions or schemata does not have and will not have explanatory power. It can only supply us with a set of information that awaits its Kepler, or its Mendeleev» (p. 426).

Há assim neste texto um posicionamento de afastamento da investigação de cariz unicamente experimental e a favor da necessidade de abrir «novos continentes de fenómenos», através do recurso a teorias abrangentes e a metodologias mais consentâneas com a descrição.

CONSOLIDAÇÃO DA TEORIA NO FINAL DOS ANOS 80

Em 1989 D. Jodelet edita *Les représentations sociales*, um livro que reúne um leque diversificado de autores e que consolida a ideia das representações sociais como um domínio em expansão. No texto que incluiu nesta colectânea e que intitula precisamente «Representations sociales, un domaine en expansion», Jodelet (1989) vai salientar três vertentes que lhe parecem caracterizar — ao fim da década — a pesquisa em representações sociais: a vitalidade, a transversalidade e a complexidade. E a atestar esta afirmação encontramos os artigos por ela colectados e uma nova bibliografia das representações sociais, actualizada.

Do artigo de Moscovici neste livro, depois de tudo o que já foi sumarizado dos seus escritos, destacarei alguns comentários com que o encerra. Na continuação do que escreveu, Moscovici (1989b) continua a defender que o campo de estudos das representações tenha sempre presente a ideia de que elas se alimentam sobretudo da difusão dos conhecimentos científicos (cf. p. 83) e que esta divisão do trabalho entre quem cria e quem transforma é um dos traços fundamentais das representações sociais.

OS ANOS 90

UMA SÍNTESE DOS ANOS ANTERIORES

Depois do que ficou dito sobre críticas e respostas, parece útil fazer um ponto de situação. Creio que é possível sumarizar as discussões das décadas anteriores como lidando com três tópicos principais (cf. Raty e Snellman, 1992).

A ambiguidade do conceito

Em relação ao conceito, Moscovici (1972, 1976, 1988 e 1989) é veemente defensor da necessidade de o manter aberto¹⁰, incluído numa teoria que não

¹⁰ Claro que este não-fechamento não é característica exclusiva deste conceito. Conceitos como cultura ou ideologia foram aceitando definições sucessivas. E mesmo em relação a um

pretende como uma cópia das teorias da física, mas defende que permaneça aberta, sem buscar uma operacionalização que geraria mais um conjunto de informações fragmentárias. Assim, são bem-vindas ligações com as outras ciências sociais e conexões com outros conceitos, quer os mais, quer os menos abrangentes.

As questões relacionadas com a metodologia

No mesmo sentido, foi-se impondo ao longo destes anos a ideia de que as metodologias de estudo das representações sociais não têm obrigatoriamente de ser de um ou de outro tipo. Para Moscovici (1989), as metodologias devem ser ajustadas aos objectos de estudo específicos. E devem conter uma importante dedicação à descrição, antes de se lançarem, prematuramente, na via explicativa¹¹.

As questões que se prendem com a dimensão «social», com os seguintes subpontos:

- a) *Construção social do sentido.* Parece claro que Moscovici formula cada vez mais explicitamente a ideia de uma construção social do sentido. Isto é muito claro nos textos de 1988 e 1989. Por outro lado, nas suas formulações, a ideia de uma construção social do sentido faz-se sempre acompanhar da ideia de que este sentido socialmente construído se encontra presente nos indivíduos. Esta articulação social-individual, que se faz por via de uma representação cognitiva guiada por processos sociais, parece ser o garante, na teoria, de que ela ocupará a posição, desejada pelo autor, de teoria mista entre a sociologia e a psicologia. E o garante de que poderá continuar a responder às questões de como e por que mudam as representações ao longo do tempo e como e por que permanecem elas ao longo do tempo. A resposta é a mesma para ambas as faces desta moeda: mudam e permanecem porque são simultaneamente transmitidas aos

conceito de uma corrente mais preocupada com definições operacionais, como a cognição social, como o de esquema, Markus & Zajonc (1985) pronunciam-se assim: «The general concept of schema is probably a 'right' one, but it has yet to be properly characterized or formulated» (p. 149).

¹¹ Estas questões avançarão nos anos 90 a partir daqui — por exemplo, no volume de Breakwell e Canter (1993), apresentado como querendo deslocar o foco do debate metodológico: ao invés de se continuar a debater quais as metodologias mais apropriadas, dever-se-á discutir como integrar informações provenientes de metodologias diferentes. Neste sentido, e no de privilegiar a descrição, o volume explora métodos estatísticos multivariados. Também no volume de Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1992), estes métodos são explorados e os autores chamam a atenção dos investigadores para a necessidade de não estudarem apenas os aspectos consensuais das representações, incitando-os a trazerem à luz os princípios organizadores das diferenças entre as respostas individuais.

indivíduos e aos grupos, de fora, e porque são mudadas pelos grupos e pelos indivíduos, de dentro. Porque grupos e indivíduos as recebem, mas também as trabalham;

- b) *O consenso nos grupos*. A questão do consenso nos grupos prende-se com a anterior. Depois de uma série de reflexões sobre as relações do conceito de representação social com o de representação colectiva, Moscovici, em 1988, vai, como se viu, propor a noção de representação social *hegemónica* para fazer mais explicitamente a passagem entre os dois e, assim, dar conta das representações mais consensuais. E acrescentar as noções de representações *emancipadas* e *polémicas* para dar conta daquelas que o são menos¹²;
- c) *A relação entre grupos e representações sociais*. Boa parte das críticas dos autores que subscrevem abordagens discursivas assenta na falta de clarificação desta relação. À objecção de Harré (1984) de que as representações sociais para serem verdadeiramente sociais deveriam ser estudadas em grupos estruturados replicou Moscovici (1984b), como se viu, que, graças às características da nossa sociedade actual, elas poderiam e deveriam ser estudadas tanto em grupos taxonómicos como em grupos estruturados. Quanto às críticas de naturalização, ou essencialização, dos grupos nos estudos empíricos sobre representações sociais, várias propostas irão aparecer ao longo da década de 90 que irão abordar esta questão¹³.

OS TEXTOS DE MOSCOVICI NA DÉCADA DE 90

Abordarei agora alguns dos textos de Moscovici dos anos 90. Limitar-me-ei a textos de Moscovici para não sobrecarregar o presente texto, embora o diálogo com as perspectivas discursivas tenha continuado nos anos 90¹⁴. Analisarei um texto de 1994 (Moscovici e Vignaux, 1994), dois de 1998 e um de 1999, resultante da lição do doutoramento *honoris causa* que lhe foi concedido pela Universidade de Bolonha¹⁵.

¹² Nos anos 90, esta proposta de Moscovici (1988) irá ser desenvolvida (v., por exemplo, Wagner, 1995, e Vala *et al.*, 1998).

¹³ Ela foi abordada através de uma articulação com a teoria da identidade social (Breakwell, 1993a e 1993b; Vala, 1992 e 2000; Wagner e Elejabarrieta, 1994).

¹⁴ Posso remeter o leitor interessado para McKinlay *et al.* (1993), Billig (1993), Harré (1998) e Edwards e Potter (1999), bem como para os comentários de Doise (1993), Duveen (2000) e Marková (2000).

¹⁵ Os textos dos anos 90 escolhidos para esta análise coincidem com aqueles que Moscovici republicou na antologia denominada *Social Representations* e organizada por Duveen (2000), tendo-lhe eu apenas somado o pequeno texto do *Honoris Causa*.

No texto de 1994, Moscovici e Vignaux vão desenvolver o conceito de *themata*, proposto como uma forma de concretizar «le lien entre cognition et communication, opérations mentales et opérations linguistiques» (p. 32).

Uma ligação que, para os autores, se torna necessário desenvolver melhor, pois, «pour des raisons diverses qui tiennent en grand partie aux orientations dominantes en psychologie sociale, nous avons eu tendance à mettre en veilleuse une des références essentielles de la théorie des représentations sociales. Nous voulons parler de leur référence à la communication, au langage, bref, à l'aspect discursif des savoirs élaborés en commun [...] Mais justement, la théorie des représentations sociales a dès le début insisté sur le lien profond entre cognition et communication, entre les opérations mentales et les opérations linguistiques, entre informations et significations» (p. 32).

E o que são então os *themata*? Nas palavras dos autores, «les themata conceptuels peuvent donc être considérées comme 'idées-sources' ('l'univers est une machine physique'; 'il obéit donc à des lois mathématiques'; 'le soleil est au centre de l'univers comme Dieu et la lumière'), opérant l'engendrement d'axiomatiques nouvelles dans l'évolution de nos représentations du monde» (Moscovici e Vignaux, 1994, p. 62). A noção de *tematha* parece então surgir para dar conta mais claramente da ligação entre representações e comunicações e da forma como o passado recente e mais antigo ressurge constantemente nas representações e nas comunicações. E a noção atesta ainda como na década de 90 Moscovici se vai preocupar em pôr em maior evidência o componente comunicativo da sua teoria.

Esta mesma preocupação pode ser detectada num texto de 1998, no qual Moscovici (1998a) procura dar uma perspectiva histórica da noção de representação social. Neste ele começa por criticar a visão restritiva dos processos sociais e das pessoas da perspectiva da cognição social e prossegue relatando as influências e as tradições a que o conceito se filia — as de Durkheim, Levy-Bruhl, Piaget e Vygotsky. Neste processo vai retomar os temas que já encontramos diversas vezes nos seus escritos — os temas da permanência/mudança, imposição social aos indivíduos/trabalho dos indivíduos, universo consensual e universo reificado. Serão os mesmos temas e um desenvolvimento bastante mais detalhado daquelas quatro influências fundadoras o que encontramos abordado num outro texto do mesmo ano (Moscovici, 1998b).

Não há, no entanto, aqui espaço para uma análise cuidadosa destas influências. Irei apenas sintetizar o ponto que Moscovici (1998a) intitula «a definition of social representations», no qual me parece haver matéria para reflexão no que diz respeito ao objectivo do presente texto, que é o de seguir os desenvolvimentos da teoria nos textos de Moscovici.

Nele, Moscovici começa por distinguir dois sentidos para a expressão. No seu sentido *estático*, as representações sociais seriam como teorias, organi-

zadas e ordenadas em torno de um tema e contendo definições que permitem classificar e explicar coisas e pessoas e contendo também exemplos que correspondem a ilustrações concretas da hierarquia de valores pressuposta pelas classificações da teoria (cf. p. 243).

No seu sentido *dinâmico*, as representações sociais aparecem como uma rede de ideias, metáforas e imagens, articuladas de uma forma fluida e, portanto, mais móveis do que as teorias. A propósito das representações sociais no seu sentido dinâmico, afirma Moscovici, «it seems that we cannot get rid of the impression that we have an ‘encyclopoedia’ of such ideas, metaphors and images which are connected one to another according to the necessity of the kernels, the core beliefs, stored separately in our collective memory and around which these networks form» (p. 244).

Estas representações são, antes de mais, formadas com o duplo objectivo de agir e avaliar, isto é, estão vocacionadas para a acção e para a avaliação. Por isso não supõem o domínio do conhecimento como um domínio separado dos domínios da avaliação e da acção. É neste sentido que os conteúdos das representações são, em si, uma forma de acção e de avaliação, o que tem como consequência que os conteúdos mentais sejam imperativos mais fortes do que as formas cognitivas. Ou, se se quiser, o que tem como consequência que *aquilo* que as pessoas pensam determine *como* pensam (p. 245).

Claro que é possível reconhecer nestas definições das representações sociais semelhanças com as propostas dos autores que trabalham com perspectivas discursivas.

Esta aproximação é também reconhecida por Moscovici nos parágrafos finais deste ponto: «I have the idea that the majority of the research on discourse by Billig (1987), Potter & Litton (1985; see also Harré, chapter 8, and Potter e Wetherell, chapter 9, this volume) does not contradict the theory of social representations. On the contrary, they complement it, deepen this aspect of it [o da construção social da realidade]. To ask then, whether language or representations is the better model can have no more psychological meaning than asking the question, ‘does a man walk with the help of his left leg or his right leg?’. But, to realize just how true and deep this contribution is, and to accept it, one would need to begin with a much greater coherence in psychology itself. While waiting for this, I have no hesitation therefore in treating what we have learnt about rhetoric, about linguistic accounts, as being very closely related to social representations» (1998a, p. 246).

Uma mesma ênfase na comunicação e na linguagem aparece no texto de 1999. Neste, Moscovici começa por rejeitar a ideia de que o surgimento da psicologia social tenha resultado de uma especialização da psicologia geral que pusesse num contexto social os fenómenos que esta estuda. Defende, ao invés, que a psicologia social nunca lhe pareceu uma especialização, mas um

campo autónomo. Antes de mais vocacionado para os fenómenos da interacção e da institucionalização, pois «os objectos sobre os quais nós agimos e que conhecemos não são, como se supõe em certos campos da psicologia, objectos físicos ou mentais, mas objectos antropológicos, investidos de cultura» (p. 222).

E é por este motivo que uma teoria psicossocial tem de almejar a compreensão sistemática da comunicação humana, das suas formas e da influência que procura, tem de descobrir uma taxonomia das formas ou géneros da comunicação e analisar as modificações sintácticas e cognitivas relacionadas com a linguagem (cf. p. 222). Pela comunicação passa também o estudo das representações sociais. Estas são apresentadas como um conceito necessário para colher o conhecimento comum na sua génese, mas um conceito que ainda hoje parece problemático a muitos psicólogos sociais. E porquê? «Sem dúvida, porque não parti de representações individuais, ou melhor, cognitivas. E porque não creio que por associação, conexão ou difusão estatística aquelas gerem uma representação social coerente e estável. Com efeito, estas são factos institucionais, de comunicações prescritas e reguladas» (p. 223).

CONCLUSÃO

ESTABILIDADE E MUDANÇA

Depois do que ficou dito, irei tentar sintetizar o que, em meu entender, permaneceu estável nas formulações de Moscovici e o que se alterou e, para finalizar, comentarei a sua comunicação para com o grupo da psicologia social.

Em primeiro lugar, e contrastando os seus diversos textos (1972b, 1976, 1981, 1984a, 1984b, 1985, 1988, 1989a, 1994, 1998a e 1999), direi que o que me parece ter perdurado do programa traçado em 1961-1976 são os últimos pontos do sumário que fiz do livro de 1976 e que repito agora:

1. A proposta de um sistema cognitivo regulado por um metassistema normativo/social;
2. Uma formulação clara do posicionamento disciplinar desejado da teoria — entre a psicologia e a sociologia (1976). A esta ideia vai agregar-se uma outra, muito clara, a de que a psicologia social não é e não deve ser um ramo da psicologia geral, mas uma disciplina autónoma, que enfileira ao lado das outras ciências sociais, ao lado da antropologia, da história, da sociologia (Moscovici, 1988, 1989a e 1999);
3. A diferenciação entre um universo consensual e um universo reificado, uma diferenciação de que ele ainda não abdicou (cf. Moscovici, 1998a).

Ela liga-se a um dos objectivos específicos da teoria, analisar as transformações que sofrem os conceitos científicos quando apropriados pelo senso comum. Este objectivo específico liga-o Moscovici, por sua vez, ao período em que formulou a teoria: «There was a problem that my generation widely debated, the problem of science. It was after all, the problem of modernity» (Moscovici e Marková, 2000, p. 227);

4. Um objectivo vasto — o de tentar explicar o carácter simultâneo de dois fenómenos observáveis nas sociedades actuais, os fenómenos simultâneos da diversidade e do consenso, da diferenciação e da semelhança. Ou o objectivo vasto de estudar «o material de que é feito o senso comum» (Moscovici e Marková, 2000, p. 240). Com este objectivo, «came the difficult question, what idea, what concept would be fruitful in order to study common sense? [...] I mean an idea or concept which has a theoretical meaning based on a demonstration that *knowledge or thinking is necessarily social*, just as in physics you demonstrate that matter has to be necessarily atomic» (Moscovici e Marková, 2000, p. 249, *itálicos meus*). E será talvez esta ideia de *um pensamento necessariamente social* que é um alicerce constante e estável da sua teoria.

O conceito de representação social, em si, parece-me ter-se ido transformando, ou talvez aprofundando:

1. Cada vez mais próximo da ideia de uma construção social do sentido e de uma construção social da realidade. Reforçando as ideias de que não existe corte entre o individual e o colectivo, entre sujeito e objecto;
2. Mais explicitamente formulado para acolher tanto o consenso — as representações hegemónicas — como a diversidade — as representações emancipadas e as polémicas;
3. E dando cada vez mais importância à comunicação e à linguagem, por via de uma aproximação, nos últimos textos, da informação à acção e à avaliação. Não que a análise da linguagem não tivesse estado desde o início presente nos textos de Moscovici. Estava presente através das análises das modalidades comunicativas, logo na obra original, e como programa de estudo para a psicologia social, logo no texto de 1972. No entanto, nos anos 80 esse componente não foi o mais privilegiado. Será nos anos 90 que as representações serão equacionadas cada vez mais insistentemente como fenómenos de uma comunicação regulada por regras culturais. Mas elas também *não* são equacionadas *apenas* como fenómenos da linguagem: «If some people declare that

the level of language is enough and that we can do without the level of representation, that is to be regretted» (Moscovici e Vignaux, 1994, p. 176). A ligação entre estes dois níveis da linguagem e da representação pode ser também reconhecida através da ideia que Moscovici assim expressa: «Basically, I thought that, just as language is polyssemous, so knowledge is polyphasic» (p. 241). Ou seja, esta ligação passa pela noção de polifasia cognitiva: «The hypothesis of cognitive polyphasia assumes that our tendency to employ diverse and even opposite ways of thinking — such as scientific and religious, metaphorical and logical, and so on — is a normal state of affairs in ordinary life and in communication» (Moscovici e Marková, 2000, p. 245). A ideia de uma polifasia cognitiva estava presente na formulação original, através da caracterização do que Moscovici (1961/76) chamou «pensamento natural», mas parece-me que agora esta hipótese se liga com mais clareza ao estudo da linguagem e ao carácter polissémico desta, justamente através da noção de *themata*.

MOSCOVICI E A PSICOLOGIA SOCIAL

Para a psicologia social, os anos 60 e 70 foram os da fundação de uma comunidade de psicólogos sociais europeus, estimulada pelos americanos, o que permitiu o começo de um diálogo desta entre si e com os americanos. Assim, os anos 80 foram a década de um diálogo multivozes, mas foram também os anos em que a psicologia social se fragmentou num «archipelago of lonely paradigms» (Moscovici, 1985, p. 91). E durante os anos 90 a continuada «predominance of information-processing paradigms and the emergence of varieties of ‘post-modernist’ forms of social psychology have increased the segmentation of the field» (Duveen, 2000, p. 10).

Neste contexto, «the reception of the theory of social representations within the broader discipline of social psychology has been both fragmentary and problematic» (Duveen, 2000, p. 9). A despeito do surgimento e do fortalecimento de uma comunidade de estudiosos das representações sociais que mantém hoje um diálogo a que Farr (1996) chama transatlântico¹⁶, a teoria não é actualmente e nunca foi o *mainstream* da disciplina. O *mainstream* da disciplina já era nos anos 70, continuou a ser nos 80 e permanece nos 90 a

¹⁶ «The dialogue is transatlantic and not North American. Research on social representations is now also a multi-lingual dialogue. There is a significant body of research on social representations in Italian, Spanish and Portuguese and the beginnings of a literature in German. With a burgeoning literature in Spanish and Portuguese, there is currently a considerable transatlantic traffic between Europe and South America in relation to the study of social representations» (Farr, 1996, p. 11). E, na realidade, neste momento há já o esboço de um diálogo com a América do Norte (v. Deaux e Philogéne, 2001).

perspectiva da cognição social (Rijsman e Stroebe, 1989; Farr, 1996; Duveen, 2000).

Neste contexto, os textos de Moscovici do começo da década de 80 testemunham um movimento de aproximação entre a teoria das representações sociais e a cognição social. Porém, a década de 80 já termina com o claro afastamento dessa perspectiva e a de 90 parece ter fechado com uma ênfase sempre mais clara posta na linguagem.

Ou, se se quiser, no início da década de 80 a estratégia de propagação, empregue por Moscovici nas suas comunicações para dentro do grupo da psicologia social, parece virar-se para a cognição social, com base no que partilham — a ideia de que a mente e as suas representações devem ser objecto de estudo da psicologia social. No final da década de 90, porém, essa mesma estratégia de propagação parece ter-se deslocado para o eixo da construção social do sentido, desde o início igualmente presente na teoria, e encontrado na psicologia de base discursiva novos interlocutores.

Talvez porque no decurso destes anos o significado da palavra «cognitivo» também sofreu variações subtis e o seu significado foi sendo negociado dentro da disciplina de uma forma que acabou por eliminar potencialidades ainda presentes nos anos 60 e 70? Como assinala Flick (1998) (e havia assinalado Moscovici em 1972b), interessar-se pela cognição começou por querer indicar um interesse pelos significados (*meaning*), justamente aquilo que faltava ao behaviorismo. No entanto, ao longo deste anos, «cognitivo» veio lentamente a querer dizer cada vez mais «individual», a significar «processos e estruturas na mente individual das pessoas». Como assinala Moscovici, a propósito destas modificações, «moreover, I do not know what is meant by 'cognitive', because *today* the word cognitive has a very general meaning and it applies to any kind of information processing. Social representations are of course related to symbolic thought and any form of mental life that presupposes language (Moscovici e Marková, 2000, p. 225, *italico meu*).

Assim, no início dos anos 80 Moscovici ainda via a possibilidade de se fundar uma abordagem europeia para a psicologia social de orientação cognitiva. Teoria das representações sociais e cognição social ainda se podiam ver, nessa época, como duas faces da mesma moeda de resistência ao behaviorismo, via cognitivismo, via o postulado de um sujeito que atribui significado ao seu mundo. Ao longo dos anos 80 e 90, porém, e à medida que esta atribuição de significado se vai na cognição social tornando cada vez mais um processo introvertido e a estudar na mente do indivíduo, parece haver indícios de que Moscovici começa a encontrar outros interlocutores.

Foi possível ver como alguns dos actuais representantes das abordagens discursivas começaram por dialogar com as representações sociais (Potter e

Litton, 1985; Harré, 1984; Billig, 1988). Mesmo que Potter e colaboradores, como assinala Doise (1993), recorram frequentemente à propaganda quando se referem à teoria das representações sociais¹⁷. Contudo, como Doise também aponta (1999, p. 227), a propaganda é a forma comunicativa das minorias. E é claro que dentro da psicologia social os grupos também podem ser hierarquizados em função do seu estatuto mais ou menos minoritário. Se a cognição social é mais *mainstream* do que as representações sociais, também as representações sociais são mais *mainstream* do que as abordagens discursivas (Rijsman e Stroebe, 1989).

Em suma, portanto, se a comunicação de Moscovici para dentro do grupo da psicologia social começou por se virar para a cognição social, tomando a forma da propagação face a esta, no final da década de 90 esta comunicação parece-me ter dado uma renovada prioridade a fenómenos como a linguagem e a comunicação, procurando desenvolver novos laços teóricos entre eles e a teoria, e ter continuado a tomar a forma da propagação, ainda que com outros interlocutores.

BIBLIOGRAFIA

- ABRIC, J. C., e KAHAN, J. (1972), «The effects of representations and behaviour in experimental games», in *European Journal of Social Psychology*, 2, pp. 129-144.
- BILLIG, M. (1988), «Social representation, anchoring and objectification, a rhetorical analysis», in *Social Behaviour*, 3, pp. 1-16.
- BILLIG, M. (1993), «Studying the thinking society, social representations, rhetoric and attitudes», in G. M. Breakwell e D. V. Canter (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, pp. 39-62, Oxford, Clarendon Press.
- BREAKWELL, G. M. (1993a), «Integrating paradigms, methodological implications», in G. M. Breakwell e D. V. Canter (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, pp. 180-201, Oxford, Clarendon Press.
- BREAKWELL, G. M. (1993b), «Social representations and social identity», in *Papers on Social Representations/Textes sur les représentations sociales*, 2, pp. 198-217.
- BREAKWELL, G. M., e CANTER, D. V. (eds.) (1993), *Empirical Approaches to Social Representations*, Oxford, Clarendon Press.
- CASTRO, P. (1995), «Contributos para uma comparação crítica de três tradições em psicologia social, atitudes, cognição social e representações sociais», in *Psicologia*, vol. x, pp. 155-174.
- CASTRO, P. (2001), «Dialogues in social psychology, or, how new are new ideas?», comunicação apresentada no EAESP Small Group Meeting, *Theory and Method in Social Psychology*, Pecs, Hungria, 26-29 de Abril.
- DEAUX, K., e PHILOGÈNE, G. (eds.) (2001), *Representations of the Social*, Oxford, Blackwell.
- DOISE, W. (1993), «Debating social representations», in G. M. Breakwell e D. V. Canter (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, pp. 157-170, Oxford, Clarendon Press.
- DOISE, W. (1999), «La forza di un concetto integratore», in *Giornale italiano di psicologia*, xxvi, pp. 225-227.

¹⁷ O que não seria o caso nem de Billig nem de Harré (cf. Doise, 1993, Duveen, 2000, e Castro, 2001).

- DOISE, W., CLEMENCE, A., e LORENZI-CIOLDI, F. (1992), *Représentations sociales et analyses de données*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- DUVEEN, G. (2000), «Introduction. The power of ideas», in G. Duveen (ed.), *Social Representations, Explorations in Social Psychology*, pp. 1-17, Cambridge, Polity Press.
- FARR, R. M., e MOSCOVICI, S. (1984) (eds.), *Social Representations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FARR, R. M., e MOSCOVICI, S. (1984), «Preface», in R. M. Farr e S. Moscovici (eds.), *Social Representations*, pp. IX-XII, Cambridge, Cambridge University Press.
- FARR, R. M. (1996), *The Roots of Modern Social Psychology*, Londres, Blackwell.
- FLICK, U. (1998b), «Introduction, social representations in knowledge and language as approaches to a psychology of the social», in U. Flick (ed.), *The Psychology of the Social*, pp. 1-12, Cambridge, Cambridge University Press.
- FORGAS, F. P. (1981) (ed.), *Social Cognition, Perspectives on Everyday Understanding*, Londres, Academic Press.
- GERGEN, K. J. (1973), «Social psychology as history», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, pp. 309-320.
- HARRÉ, R. (1984), «Some reflections on the concept of 'social representation'», in *Social Research*, 51, pp. 927-938.
- HARRÉ, R. (1998), «The epistemology of social representations», in U. Flick (ed.), *The Psychology of the Social*, pp. 129-137, Cambridge, Cambridge University Press.
- HERZLICH, C. (1969), *Santé et maladie. Analyse d'une représentation sociale*, Paris, Mouton.
- ISRAEL, J., e TAJFEL, H. (eds.) (1972), *The Context of Social Psychology*, Londres, Academic Press.
- JAHODA, G. (1988), «Critical notes and reflections on 'social representations'», in *European Journal of Social Psychology*, 18, pp. 195-209.
- JESUÍNO, J. C. (1993), «A psicologia social europeia», in J. Vala e M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, pp. 49-59, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- JODELET, D. (1989), «Représentations sociales, un domaine en expansion», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, pp. 31-61, Paris, PUF.
- LITTON, I., e POTTER, J. (1985), «Social representations in the ordinary explanation of a 'riot'», in *European Journal of Social Psychology*, 15, pp. 371-388.
- MANSTEAD, A. (1990), «Developments to be expected in European social psychology in the 1990's», in P. J. Drenth, J. A. Sergeant e R. J. Takens (eds.), *European Perspectives in Psychology*, vol. 3, Chichester, John Wiley and Sons, pp. 183-204.
- MARKOVA, I. (2000), «Amédée or How to Get Rid of it: social representations from a dialogical perspective», in *Culture and Psychology*, 6, pp. 419-460.
- MARKUS, H., e ZAJONC, R. B. (1985), «The cognitive perspective in social psychology», in G. Lindzey e E. Aronson (eds.), *The Handbook of Social Psychology*, vol. 1, 3.^a ed., pp. 137-230, Nova Iorque, Random House.
- MCKINLAY, A., POTTER, J., e WETHERELL, M. (1993), «Discourse analysis and social representations», in G. Breakwell e D. Cantor (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, pp. 134-156, Oxford, Oxford University Press.
- MOSCOVICI, S. (1961), *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF.
- MOSCOVICI, S. (1963), «Attitudes and opinions», in *Annual Review of Psychology*, 14, pp. 231-260.
- MOSCOVICI, S. (1972a), *A Sociedade Contranatura*, Amadora, Livraria Bertrand.
- MOSCOVICI, S. (1972b), «Society and theory in social psychology», in J. Israel e H. Tajfel (eds.), *The Context of Social Psychology*, Londres, Academic Press.
- MOSCOVICI, S. (1974), *Homens Domésticos e Homens Selvagens*, Amadora, Livraria Bertrand.
- MOSCOVICI, S. (1976), *La psychanalyse, son image et son public*, 2.^a ed., Paris, PUF.
- MOSCOVICI, S. (1980), «Toward a theory of conversion behavior», in L. Berkowitz (ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, vol 13, pp. 209-239, Nova Iorque, Academic Press.

- MOSCOVICI, S. (1981), «On social representations», in J. P. Forgas (ed.), *Social Cognition, Perspectives on Everyday Understanding*, pp. 181-209, Londres, Academic Press.
- MOSCOVICI, S. (1984a), «The phenomenon of social representations», in R. M. Farr e S. Moscovici (eds.), *Social Representations*, pp. 3-69, Cambridge, Cambridge University Press.
- MOSCOVICI, S. (1984b), «The myth of the lonely paradigm, a rejoinder», in *Social Research*, 51, pp. 939-967.
- MOSCOVICI, S. (1985), «Comment on Potter and Litton», in *British Journal of Social Psychology*, 24, pp. 91-92.
- MOSCOVICI, S. (1988), «Notes towards a description of social representations», in *European Journal of Social Psychology*, 18, pp. 211-250.
- MOSCOVICI, S. (1989a), «Preconditions for explanation in social psychology», in *European Journal of Social Psychology*, 19, pp. 407-430.
- MOSCOVICI, S. (1989b), «Des représentation collectives aux représentation sociales», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, pp. 62-86, Paris, PUF.
- MOSCOVICI, S. (1998a), «The history and actuality of social representations», in U. Flick (ed.), *The Psychology of the Social*, pp. 209-247, Cambridge, Cambridge University Press.
- MOSCOVICI, S. (1998b), «Social consciousness and its history», in *Culture and Psychology*, 4, pp. 411-429.
- MOSCOVICI, S. (1999), «Psicologia sociale, interdisciplinarità e fiducia fra gli scienziati», in *Giornale italiano di psicologia*, xxvi, pp. 221-224.
- MOSCOVICI, S. (2001), «Ringraziamento», in *Laurea Honoris Causa in Psicologia a Serge Moscovici*, Università degli studi di Roma «La Sapienza», Centro Stampa d'Ateneo.
- MOSCOVICI, S., e ZAVALLONI, M. (1969), «The group as a polarizer of attitudes», in *Journal of Personality and Social Society*, 12, pp. 125-135.
- MOSCOVICI, S., e FAUCHEUX, C. (1972), «Social influence, conformity bias, and the study of active minorities», in L. Berkowitz (ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 6, pp. 150-202, Nova Iorque, Academic Press.
- MOSCOVICI, S., e VIGNAUX, G. (1994), «Le concept de thémata», in C. Guimelli (ed.), *Structures et transformations des représentations sociales*, pp. 24-71, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé.
- MOSCOVICI, S., e MARKOVA, I. (2000), «Ideas and their development, a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Markova», in G. Duveen (ed.), *Social Representations, Explorations in Social Psychology*, pp. 224-286, Cambridge, Polity Press.
- PARKER, I. (1987), «'Social representations', social psychology's (mis)use of sociology», in *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 17, pp. 447-470.
- POTTER, J., e LITTON, I. (1985), «Some problems underlying the theory of social representations», in *British Journal of Social Psychology*, 24, pp. 81-90.
- POTTER, J., e EDWARDS, D. (1999), «Social representations and discursive psychology, from cognition to action», in *Culture and Psychology*, 5, pp. 447-458.
- RATY, H., e SNELLMAN, L. (1992), «Making the unfamiliar familiar, some notes on the criticism of the theory of social representations», in *Papers on Social Representations/ Textes sur les représentations sociales*, vol. 1, pp. 3-13.
- RIJSMAN, J., e STROEBE, W. (1989), «The two social psychologies or whatever happened to the crisis?», in *European Journal of Social Psychology*, 19, pp. 339-344.
- SÁ, C.P. (1998), *A Construção do Objecto de Pesquisa em Representações Sociais*, Rio de Janeiro, Edições UERJ.
- TURNER, J. C. (1996), «Henri Tajfel, an introduction», in W. P. Robinson (ed.), *Social Groups and Identities, Developing the Legacy of Henri Tajfel*, Oxford, Butterworth-Heinemann.
- VALA, J. (1986), «Sobre as representações sociais — para uma epistemologia do senso comum», in *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, pp. 5-30.
- VALA, J. (1992), *Towards an Articulation of Social Identity and Social Representations*, comunicação apresentada na 1st International Conference on Social Representation, Ravello, Itália.

- VALA, J. (1993), «Representações sociais — para uma psicologia social do pensamento social», in J. Vala e M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, pp. 353-384, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- VALA, J. (2000), «Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano», in J. Vala e M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, 3.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- VALA, J., GARCIA-MARQUES, L., GOUVEIA-PEREIRA, M., e LOPES, D. (1998), «Validation of polemical social representations. Introducing the intergroup differentiation of heterogeneity», in *Social Science Information*, 37, pp. 469-492.
- WAGNER, W. (1995), «Social representations, group affiliation and projection, knowing the limits of validity», in *European Journal of Social Psychology*, 25, pp. 125-139.
- WALLERSTEIN, I., JUMA, C., KELLER, E. F., KOCKA, J., LECOURT, D., MUDIMBE, V., MUSHAKOJI, K., PRIGOGINE, I., TAYLOR, P., e TROUILLOT, M.-R. (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais — Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Europa-América.